

Índios querem a substituição do advogado da Funai



Alcides Teixeira: "Adão Menezes defende quem tem mais dinheiro e não a causa indígena".

O tuxaua da Maloca da Barata, localizado na região do Taiano, Alcides Teixeira, traduzindo a do seu povo, disse que é desejo de toda a comunidade daquela tribo, composta por 46 famílias, totalizando 322 pessoas, que seja substituído o atual advogado da FUNAI, Adão da Silva Menezes "por não estar empenhado em defender a causa indígena, visando apenas interesses próprios".

Segundo o tuxaua, a insatisfação dos índios da Maloca da Barata em relação ao desempenho do advogado Adão Menezes, não é de agora, mas teve culminância com o episódio ocorrido dia 9 de novembro último, quando o fazendeiro Epitácio de Andrade Lucena incendiou duas malocas da tribo.

De acordo com a exposição de Alcides, o advogado teria avisado a ele que as duas barracas seriam derrubadas pelo fazendeiro, argumentando que já havia entrado com recurso para desfazer as benfeitorias. Porém, um dia antes de o fato ser consumado, Alcides foi procurado pelo genro de Epitácio, o qual estava acompanhado de um oficial de Justiça e seis soldados da Polícia Militar. Estes lhe entregaram um documento conten-

do o Mandato de Reintegração de Posse a Epitácio Lucena, e condenando os donos das barracas a desocuparem a área e desfazerem as benfeitorias que edificaram, sob pena dos autores realizarem às suas custas.

Nesse mesmo dia a comissão teria retirado todos os utensílios de dentro das malocas a serem destruídas e transportados até o Fórum, de Boa Vista. No dia seguinte, a mesma comitiva, acompanhada por Epitácio Lucena e mais uns empregados seus, regressaram ao local. Munidos de moto-serra, os homens cortaram os postes das duas barracas, jogaram óleo diesel e atearam fogo em ambas as benfeitorias.

Em seguida, Epitácio teria tentado cercar o local onde foram destruídas as malocas, afirmando tratar-se de propriedade sua, mas a comunidade reagiu, diz Alcides, e o fazendeiro acabou desistindo da idéia.

Passados três dias, 25 pessoas representando a comunidade da Barata acompanharam o tuxaua até a delegacia da FUNAI para relatar o acontecido e pedir uma solução para o caso. O delegado deu o dinheiro para refazerem suas moradias em outro local a ser demarcado pela instituição, porém a questão continuou na mesma, conclui Alcides Teixeira.

História

A maloca da Barata há 300 anos pertence à tribo dos Wuapixanas, seus ascendentes, explica o Tuxaua. "Não lembramos o ano que Epitácio apareceu lá e construiu uma moradia entre a Maloca da Barata e a Maloca Truaru, da mesma tribo. Ele começou usando o trabalho braçal do índio na sua lavoura em troca de cachaço, cigarros e retalhos". Isto por volta de 1930, segundo os registros de sua memória. "Epitácio não comprou terras, simplesmente se instalou e foi se entrosando com os índios. Mas eles jamais imaginaram ser traidos por ele", comenta o tuxaua.

Em 1981, o fazendeiro começou a criar atrito entre os índios da maloca ao cercar mais da metade de suas terras onde caçavam e pescavam. Quando ele começou a demarcação de terras à sua revelia, os índios procuraram a FUNAI na época, a qual não tomou nenhuma providência em relação ao caso, observa Alcides.

Ainda de acordo com o seu relato, o fazendeiro teria conseguido um pseudo-documento de proprietário. Porém, continua, os índios desconhecem que Epitácio tenha algum terreno na Maloca da Barata. O do-

cumento de posse estaria incluído nos processos da FUNAI, no qual consta o nome de quatro testemunhas dizendo que Epitácio possui propriedade naquele local. Neste documento, ele registrou a área demarcada como Fazenda São Borja.

Em 1982, uma comitiva da FUNAI foi até a maloca para fazer o levantamento da área. Segundo Alcides, Epitácio Lucena, que mora dentro da área indígena, não consentiu que fosse feita a demarcação pelo órgão e nem aceitou a proposta de indenização de seus bens.

Porém, no ano passado, Adão Menezes propôs a indenização e até com insistência aos dois moradores das malocas incendiadas. A proposta, salienta, desagradou bastante os índios, pois o advogado teria dado a entender claramente com essa atitude insistente que não estava interessado em defender a causa que era deles, mas sim de Epitácio Lucena.

Em resumo, a questão entre os índios da Maloca da Barata e o fazendeiro estende-se desde 1981, e já deu até cadeia. Isto aconteceu em junho do ano passado, quando dois agentes da Polícia Civil e dois soldados da Polícia Militar levaram presos o tuxaua, Alcides Teixeira, o seu pai, Adalício, e o tio, Anselmo. Os índios estiveram 11 dias detidos na penitenciária, até que se deslocasse de Brasília um advogado da FUNAI para tirá-los da prisão.

O tuxaua desabafa angustiado com as condições que lhes são impostas: "Fomos enganados, humilhados, explorados e presos, mas até esta data nunca reagimos com violências, embora o caso fosse grave. Durante 17 anos de tuxaua, luto pela liberdade de meu povo, ao lado dele, sofrendo. São 17 anos de espera, de sofrimento causado por pessoas brancas que não gostam do índio e não querem vê-lo crescer". E se auto-questiona: "Será que não haverá autoridades neste país para assegurar a liberdade e o crescimento do índio? Nós, índios, ainda acreditamos e confiamos nas autoridades capacitadas".

E conclui ratificando o seu apelo: "Nós, índios da tribo Wuapixana, não estamos satisfeitos com o trabalho do advogado da FUNAI, Adão da Silva Menezes, porque ele defende quem tem mais dinheiro e não a causa do índio. Queremos que ele seja substituído por um advogado que defenda os nossos interesses e a causa do índio".

Versão do Advogado

Depois de muitos telegramas e tentativas vãs para marcar uma entrevista com o delegado da FUNAI, e posteriormente com o advogado do órgão, Adão da Silva Menezes finalmente optou por receber A Folha de Boa Vista, pronunciando-se a respeito do ocorrido na Maloca da Barata.

Adão Menezes negou que teria proposto indenização aos dois moradores das malocas destruídas, justificando que não competeria a ele fazer proposta alguma, pois o canal competente para isso seria a administração da FUNAI. No entanto, salientou que houve um mal entendido por parte do tuxaua. Segundo Adão Menezes, o advogado do Epitácio Lucena, Hesmone Saraiva Grangeiro entregou à FUNAI a proposta de indenização às duas famílias envolvidas na questão.

De acordo com o advogado da FUNAI, ele teria servido apenas de porta voz na apresentação da proposta de compensação, entre o advogado de Epitácio Lucena e o tuxaua Alcides Teixeira. Diante da recusa dos índios em aceitar a proposição, o Juiz Luiz Antônio de Sá Peixoto decidiu impetrar Mandato de Reintegração de Posse, consequentemente uma ordem de despejo aos dois moradores.

Quanto aos termos do documento, o juiz deixou claro "que fosse desocupada a área e desfeitas as benfeitorias que edificaram, sob pena dos autores realizarem às suas custas". Porém, o uso dos termos "sob pena de realizarem às suas custas" pode receber diversas conotações.

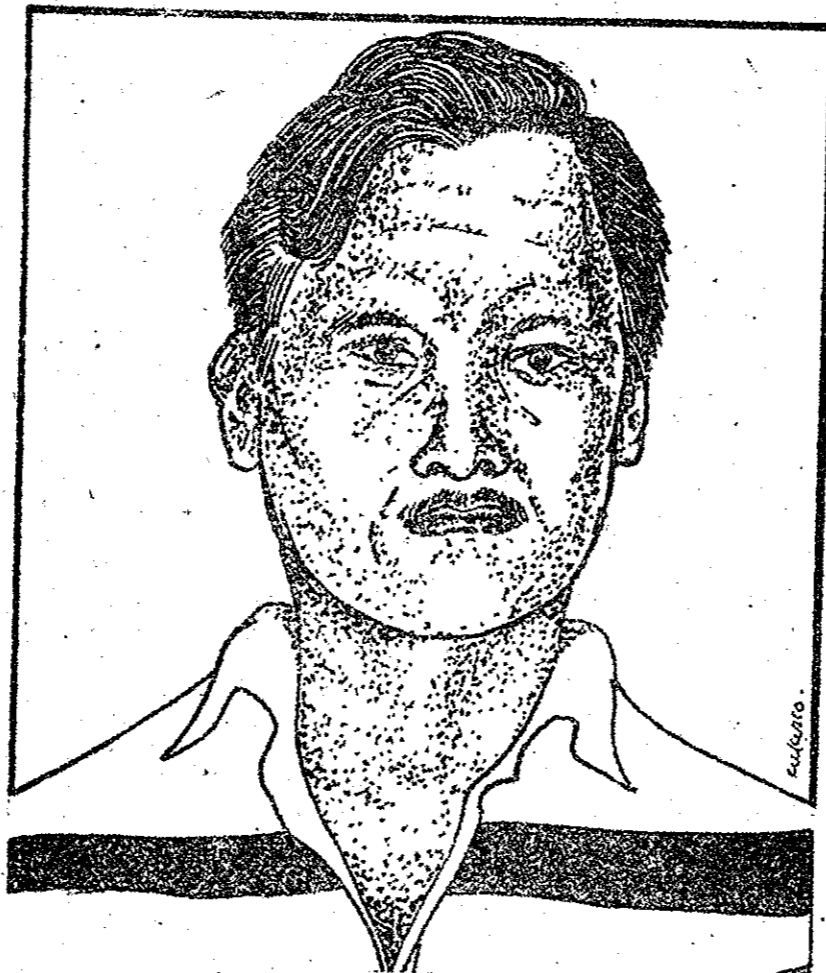
Conforme Adão Menezes, o fazendeiro entrou com pedido de Reintegração de Posse em 1981, no entanto somente em agosto deste ano, o juiz deu a sentença reconhecendo a posse à Epitácio Lucena.

Declarou que já tramita no Tribunal de Justiça em Brasília o processo relativo ao caso, sendo que o juiz Luiz Antônio de Sá Peixoto foi intimado a prestar explicações sobre o corrido na Maloca da Barata.

Para Adão Menezes, a solução pacífica para o problema de disputas de posse de terras entre índios e não-índios seria a demarcação das áreas, porém seria necessário, observa, a colaboração e a compreensão das partes envolvidas. A exemplo disso, salienta ele, a área da Maloca da Barata já foi demarcada, no entanto os atritos continuam.

Ao finalizar, destaca que a FUNAI precisa de recursos para solucionar o problema através de indenizações e do funcionamento dos grupos de trabalho.

Tuxaua denuncia ação do advogado da Funai



Os índios da Maloca da Barata insatisfeitos com a atuação do advogado da FUNAI, Adão da Silva Menezes pedem que ele seja substituído por outro advogado que de-

fenda a causa indígena. Alcides Teixeira falando naquela comunidade conta como o fazendeiro Epitácio Lucena de Andrade procedeu para incendiar as duas benfeitorias.